

**PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR:
CRIANÇAS COM AUTISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL INFANTIL**

**PROMOTING SCHOOL INCLUSION:
CHILDREN WITH AUTISM IN THE CHILDHOOD EDUCATIONAL CONTEXT**

Bruna Gabriele De Souza Meira¹
Juély de Alencar Cardoso²
Márcia da Conceição de Jesus³
Kellen Patrícia Ferreira⁴

Recebido em 14 de Nov. de 2023; Aceito em 16 de Nov. de 2023; Disponível *on line* em 06 de dezembro de 2023.

RESUMO: A presença do aluno com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no ambiente educacional tem aumentando, e, entre tantos diagnósticos o Transtorno do Espectro Autista – TEA. A criança com TEA apresenta um funcionamento diferenciado quanto à reciprocidade social e a comunicação. Para a realização da pesquisa adotou-se a metodologia bibliográfica que possibilitou a leitura de vários autores sobre o assunto com o intuito de levantar dados e concepções sobre o tema. O estudo apontou a importância da inclusão da criança com autismo no ambiente educacional regular desde cedo com a garantia ao direito de receber educação e ser incluído no sistema escolar. Nesse processo, o papel do professor é de extrema importância. Aliado a isso, também é responsabilidade dos pais ou responsáveis o bom desempenho escolar, social e pessoal da criança com TEA. É imprescindível a participação da família no processo e a compreensão sobre as dificuldades e os desafios a serem enfrentados. Este estudo indica a necessidade pesquisas posteriores mais aprofundadas sobre o tema e serve de base para novas pesquisas.

Palavras-chave: NEE; TEA; Inclusão; Educação Infantil.

**PROMOTING SCHOOL INCLUSION:
CHILDREN WITH AUTISM IN THE CHILDHOOD EDUCATIONAL CONTEXT**

ABSTRACT: The presence of students with Specific Educational Needs (SEN) in the educational environment has increased, and, among many diagnoses, Autism Spectrum Disorder – ASD. Children with ASD present different functioning in terms of social reciprocity and communication. To carry out the research, a bibliographic methodology was adopted, which made it possible to read several authors on the subject with the aim of gathering data and conceptions on the topic. The study highlighted the importance of including children with autism in the regular educational environment from an early age, guaranteeing their right to receive education and be included in the school system. In this process, the role of the teacher is extremely important. In addition to this, it is also the responsibility of parents or guardians for the good academic, social and personal performance of the child with ASD. It is essential that the family participate in the process and understand the difficulties and challenges to be

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia.

faced. This study indicates the need for further, more in-depth research on the topic and serves as a basis for further research.

Keywords: SEN; ASD; Inclusion; Child education.

INTRODUÇÃO

O autismo é descrito como um distúrbio do neurodesenvolvimento, causando ao indivíduo prejuízos sociais e comunicativos, restringindo seu comportamento a uma condição de isolamento em graus diferentes, sendo essa condição com maior incidência para o sexo masculino. A taxa de prevalência para autismo corresponde a um caso a cada oitenta e oito crianças, levando o autismo a ser um dos transtornos do desenvolvimento mais comuns na atualidade.

As causas do autismo ainda são indefinidas, contudo, muitos estudos apontam que alguns problemas neurológicos ou genéticos estão ligados ao autismo, entre os quais se destaca: contágios depois do nascimento com herpes simplex, rubéola e sífilis que são transmitidas no parto ou pela placenta; a toxoplasmose e demais intoxicações. No entanto, este diagnóstico não é fácil de obtê-lo, é clínico feito através de observações direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis pela criança.

Para a criança com Transtorno do Espectro Autista -TEA, o início da vida escolar é complicado, e, por isso, esta pesquisa importou-se em verificar como ocorre o acesso da criança com TEA no ambiente escolar. A justificativa para esta pesquisa encontra-se no fato do autismo estar entre os transtornos mais presentes entre as crianças na fase inicial escolar. Fato que tem sido um grande desafio para os profissionais da pedagogia, visto que a professora pedagoga é o primeiro contato que o aluno faz no espaço escolar. Diante disso, a professora assume um de suma importância para o desenvolvimento e o acompanhamento do aluno com TEA.

Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo foi investigar como ocorre o processo de inclusão do aluno com TEA na Educação Infantil. Para tanto, foi preciso estabelecer os seguintes objetivos específicos: a) conceituar a Educação Infantil e o autismo; b) estabelecer relação entre os termos; c) abordar sobre as práticas e metodologias educacionais voltados à criança com TEA; d) relacionar os benefícios da atuação pedagógica ao flexibilizar as metodologias específicas; e) apontar como a escola, ao utilizar-se de perspectivas inclusivas, pode proporcionar um ambiente favorável à Educação Especial.

Para isso, a pesquisa foi dividida em dois momentos. No primeiro são apresentados o conceito de autismo, as suas causas, o que sente um autista ou como age e se comporta, os acompanhamentos psicológicos necessários, as diversas complicações e distúrbios que podem ocorrer juntamente com o autismo, as leis que garantem a inclusão do autista e como o mesmo é visto na sociedade. Em um segundo momento, aborda-se sobre: como ocorre a inclusão no ambiente escolar expondo os processos legais; a recepção do autista no ambiente escolar; como a escola pode se posicionar segundo as leis e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA; as dificuldades enfrentadas pelos pais; como enfrentar os demais distúrbios que podem ocorrer junto com o autismo; como ocorre o processo de identificação e encaminhamento para análise; entre outros processos que geralmente ocorrem nos casos de atendimento ao autista. Os dois momentos compõem os aspectos teóricos. Após, são apresentados os aspectos metodológicos de como foi realizada a pesquisa. Por fim, expõem-se os resultados e as discussões realizadas.

ASPECTOS TEÓRICOS

Segundo Orrú (2011, p.32), o Transtorno do Espectro Autista -TEA é caracterizado como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento – TID, conforme o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* - DSM ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - MTM. Esse manual apresenta uma lista constando diferentes transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association* - APA). O autismo mesmo sendo estudado há mais de 6 décadas ainda não foi totalmente compreendido e se tenta explicar as suas causas, os seus sintomas e as suas complicações, sendo definido ainda como uma síndrome comportamental, de etiologias múltiplas conforme explica Schwartzman e Araújo (2011).

O autismo é um distúrbio de origem orgânica, ou uma lesão encefálica em seu componente genético que pode ser observada em algumas atitudes e comportamentos da criança. Para Ferreira e França (2017), o autismo pode variar do grau leve ou severo, sendo avaliado como limitrofia, em casos leves; outros são diagnosticados como indivíduo com traços autísticos, com síndrome de Asperger, considerada por muitos como um tipo de autismo com inteligência normal. É considerado um distúrbio do neurodesenvolvimento e denominado de Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e traz como consequências prejuízos sociais e comunicativos, restringindo o comportamento a uma condição de isolamento em graus diferentes e com maior incidência para o sexo masculino.

A taxa de prevalência para TEA conforme estudos, corresponde a 1 caso a cada 88 crianças, levando o autismo a ser um dos transtornos do desenvolvimento mais comuns na atualidade. Pessoas com autismo costumam ter a atividade dos neurônios-espelho deficiente em todas as áreas, desde as mais básicas como reconhecer a ação dos outros, até as mais complexas como reconhecer emoções, desenvolver linguagem e habilidades sociais (BRASIL, 2013).

As reais causas do autismo ainda permanecem desconhecidas. Contudo, as evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais, que parecem estar relacionadas ao TEA, porém é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que causa fatores de risco ambientais.

Os dados mostram que fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco de TEA em pessoas geneticamente predispostas. Ainda que nenhum destes fatores pareça ter forte correlação com aumento e/ou diminuição dos riscos de autismo, nota-se nas pesquisas que:

A exposição a agentes químicos, deficiência de vitamina D e ácido fólico, uso de substâncias (como ácido valpróico) durante a gestação, prematuridade (com idade gestacional abaixo de 35 semanas), baixo peso ao nascer (< 2.500 g), gestações múltiplas, infecção materna durante a gravidez e idade parental avançada são considerados fatores cooperadoras para o desenvolvimento do TEA (NUNES; AZEVEDO, 2013, p. 18).

Ainda de acordo com Nunes e Azevedo (2013), em um desenvolvimento adequado os neurônios vão se moldando e uma pessoa chega à fase adulta com apenas vinte bilhões de neurônios. Muitas pesquisas apontam que a cada mil crianças, uma nasce com sintomas ou desenvolve o autismo. Conforme os autores, uma criança que já nasce com autismo possui mais neurônios do que uma criança não autista e este transtorno já pode ser diagnosticado durante a gestação por meio de ultrassonografia. O referido exame aponta se a parte pré-frontal do cérebro, onde ficam armazenadas informações importantes que se não desenvolvidas tornam-se pesadas dificultando o desenvolvimento dos neurônios responsáveis por ações e emoções do ser humano.

A identificação do autismo na criança ocorre quando pequenos sinais surgem a partir de um ano e 6 meses, até os 3 anos de idade, quando se consegue um diagnóstico seguro, porém,

nesta fase se não identificado, o autismo pode afetar todo o desenvolvimento psicológico e neurológico da criança, e ainda que sejam sintomas rares, exige-se o diagnóstico e acompanhamento por profissional preparado. Devido ao fato de afetar tão cedo a criança, interfere no desenvolvimento de cem bilhões de neurônios enquanto outros vão sendo quebrados de acordo com desenvolvimento de cada ser.

Alguns pais percebem, outros não, e nestes casos, o autismo só será diagnosticado numa consulta médica. Há casos em que a criança mostra sinais na escola e o professor identifica e comunica primeiramente à equipe pedagógica da escola ou psicopedagoga, e, posteriormente, após uma análise chamam os pais para uma conversa e expõem a situação para que a criança seja devidamente atendida. A identificação do autismo tem seu início com a observação de atrasos no desenvolvimento da criança, seja em casa ou no ambiente escolar, mas, na maioria das vezes acaba se dando no segundo, pois, quando muito bebês os sinais acabam não sendo muito percebidos pelos pais.

Ao ser identificado no ambiente escolar, é solicitado o encaminhamento para intervenções e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral. Isto é, quando existe uma capacidade de adaptação do Sistema Nervoso Central (SNC) em modificar as propriedades fisiológicas em resposta às alterações do ambiente, ou seja, quando as células neuronais serão capazes de recuperar áreas cerebrais que foram lesionadas.

De acordo com Schwartzman e Araújo (2011, p.03), estes sinais podem mostrar-se por meio de comportamentos como:

Escuta determinadas coisas e outras não; não estende os braços para seus progenitores; não esboça alegrias, sentimentos e nem olha diretamente no olho da outra pessoa; tem dificuldade de se comunicar, não aponta com os dedos; não chora quando se fere ou cai; não gosta de brincar com os seus brinquedos; opta por ficar isolada; não brinca com outras crianças; não fala; a sua linguagem é repetida; seus movimentos são repetitivos e frequentes, como balanceamento, dentro outros).

Se por acaso, os pais perceberem em casa, tais comportamentos precisam ser informados ao pediatra nas consultas médicas para melhor investigação. Os pais precisam ter consciência de que não há cura para o autismo, mas, é possível trabalhar este transtorno estimulando a criança, aperfeiçoando sua aprendizagem e orientando seu comportamento.

Para Nunes e Azevedo (2013), é preciso respeitar e compreender que o autista vive em um mundo só deles onde não existe pouco de outras pessoas, por isso, não gostam de ser abraçados e apresentam incapacidade para se relacionarem com outras pessoas e situações desde o início da vida, apresentam falha no uso da linguagem para comunicação, não conseguem falar, apresentam ainda estereotipias e resistência as mudanças. Por tudo isso, o autismo exige tantos estudos, pois, um diagnóstico equivocado pode trazer maiores complicações.

Para uma boa recepção de crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no ambiente escolar são imprescindíveis o preparo e a percepção do professor que ao enxergar as necessidades da criança oferece a atenção necessária junto aos demais alunos. Nesse sentido, a boa formação aliada à vivência é que irá conduzir ao sucesso na sala de aula, levando alunos com transtornos a desenvolver todo o seu potencial. Às vezes é preciso apoiar-se num método educacional e recursos, enfatizando aquilo que os estudantes sabem fazer e com isso dar continuidade ao ensino e criar novas possibilidades de aprendizado (SCHIMIDT, 2013). Conforme Nunes e Azevedo (2013), a tarefa do professor ocorre como um meio de aparelhar os conhecimentos escolares quanto ao ensino e a aprendizagem, tanto no coletivo quanto no

individual, já que os alunos aprendem de maneira diferenciada uns dos outros. Por isso a importância da escola trabalhar com diferentes formas de avaliação.

No geral, crianças autistas apresentam dificuldades em se adaptar em espaços educacionais. Entre os problemas mais frequentes encontram-se: socialização, organização, distração e dificuldade de sequenciar, e partilhar. Uma das dificuldades de muitas instituições escolares nesta questão é a baixa qualificação profissional para o correto diagnóstico e acolhimento do autista no ambiente escolar. A criança autista fixa-se num único movimento por horas e é resistente à mudança de rotinas e, na maioria das vezes, resistem às brincadeiras e atividades coletivas (ORRÚ, 2011).

A formação e preparo do professor é um fator essencial para melhorar o ensino e lidar com as diversas situações em sala de aula. Contudo, nem sempre é possível que somente um professor consiga atender a todos os alunos em sala de aula e acompanhar os alunos com as mais diferentes NEE. Existem casos em que é necessário um acompanhante, entre elas, cita-se: cegueira, surdez, autismo (principalmente nos níveis mais severos), deficiência intelectual mais severa, entre outros.

É preciso que o professor saiba identificar aquilo que venha interferir na aprendizagem das crianças como: a intervenção na área da comunicação e na interação; a intervenção na área cognitiva e nos problemas de comportamento; a metodologia usada; os recursos metodológicos; os objetivos educacionais e o sistema de avaliativo. No processo de avaliação é preciso analisar a aprendizagem, considerar o que elas já sabem fazer, mas, que nem sempre conseguem concretizar as atividades. Por isso a importância em saber lidar com esse processo, pois, autistas não toleram a frustração quando não conseguem realizar uma tarefa. Para eles há maior necessidade de estratégias educacionais que promovam o conhecimento com calma e prazer.

O atendimento diferenciado também exige uma rede de apoio bem mais estruturada com a família e uma equipe multidisciplinar composta pelo professor pedagogo ou psicopedagogo educacional ou clínico, psicólogo, neurologista, em alguns casos com oftalmologista para analisar os aspectos da visão, e ainda com o fonoaudiólogo para atender as questões da fala, deglutição, respiração e outros. No caso da família, é de suma importância a participação em todos os momentos do processo, entendendo as dificuldades da criança e a auxiliando no seu desenvolvimento. Não impõe limites demasiados, mas, incentivando para que se expresse, converse, seja autônoma, tenha iniciativas, seja responsável consigo mesmo. Estas tarefas são simples e se dão no dia-a-dia ao escovar os dentes, alimentar-se sozinho, tomar banho, pentear os cabelos, dobrar as roupas, guarda-las no guarda-roupa, recolher brinquedos e materiais escolares, entre outras atividades que incentivam a criança e mostra-lhe que ela consegue realizar atividades normalmente.

A concepção da infância é algo novo e de certa forma atual, pois, foi a partir da luta de mulheres nos anos 70 por instituições de ensino que pudessem receber seus filhos enquanto trabalhavam que a ideia da infância e da criança como pessoas, passou a ganhar forma e força, traçando um novo caminho para as gerações que vieram depois. Esse movimento ganhou espaço, virou comportamento e mudou a realidade, até chegarmos na atualidade. Momento em que a criança tem seus direitos e deveres, assim como os pais ou responsáveis pela mesma diante da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Internacionalmente, a Educação Infantil corresponde ao nível 0 definido pela Classificação Internacional Normalizada da Educação - CINE, do inglês *International Standard Classification of Education -ISCED*, que é uma classificação dos níveis educativos destinada a permitir a comparação de estatísticas e de políticas educativas entre sistemas educativos

diferentes. No Brasil, a Educação Infantil consiste na educação de crianças entre zero e cinco anos e entre zero e seis anos de idade para nascidos no segundo semestre. Esta é uma fase em que as crianças são estimuladas através de atividades lúdicas, a exercitarem as suas capacidades e potencialidades emocionais, sociais, físicas, motoras, cognitivas. Também é a fase da exploração, experimentação e descobertas. Foram os estudos de Philippe Ariès que trouxeram para o campo da Educação Infantil a concepção histórica de infância, que para as civilizações antigas nem era concebida a ideia de criança como uma fase de vida (FORTUNA, 2011). A aprendizagem das crianças ocorria por meio da convivência com os adultos e as interações se davam de forma deliberadas. Sendo desta forma todos vistos como miniadultos e, assim, a criança desde cedo era muito explorada e desrespeitada em todos os sentidos.

O período da primeira infância, a Educação Infantil, é de grande importância na vida da criança, pois, é através das atividades simples como o fazer bolinha, recortar, manusear peças de encaixe, massinha de modelar, colorir com lápis, tinta, imaginar e criar, é que a criança se desenvolve. Para Fortuna (2011), há uma grande diferença no desenvolvimento socioemocional, físico-motora e cognitiva entre a criança que frequenta a Educação Infantil e a que não frequenta. A criança que é assídua na Educação Infantil apresenta um maior nível de socialização, facilidade em fazer amizades, inventar brincadeiras, achar soluções para os problemas, imaginar e criar. No aspecto físico-motor é visível que a criança da Educação Infantil possui maior destreza com utensílios como o lápis, a tesoura, a borracha, entre outros, pois, ela é diariamente estimulada.

Na questão socioemocional é de grande valia seu amadurecimento em cada desafio, a solução de problemas e sua própria superação, onde aprende não só a ganhar ou perder, mas, aprende a mudar, corrigir seus erros de forma educativa e não traumatizante. Na questão cognitiva, ela aprende desde a brincadeira até o falar corretamente, aprendendo a pronúncia das sílabas, o som das letras e dos animais, os gestos, e o movimento do corpo. Eis a importância do brinquedo, do jogo e da música para a atividade lúdica.

A educação tem ocupado um lugar central frente às lutas sociais e na agenda intelectual e política, trazendo questionamentos amplos de educadores e cientistas sociais. Mas, não se pode afirmar que este espaço tem sido marcado por exclusiva da atuação de inclusão. Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, diversos debates ocorreram a fim de discutir a legislação na teoria e na prática, a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. Porém, na prática, nem sempre ocorre como deveria ocorrer (BRASIL, 1997).

A proposta de educação inclusiva é um movimento de reorganização da escola que deve começar o mais cedo possível para que o quanto antes a criança conviva com estas diferenças que são benéficas em sua formação de caráter. Logo, esta inclusão deve começar na Educação Infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação (SCHIMIDT, 2013). Neste sentido, a educação inclusiva propõe uma reorganização ao sistema educacional para que a escola esteja preparada para receber alunos com deficiências e necessidades especiais, de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem de todos sem distinção, mas, principalmente dos alunos com deficiência, que, por características distintas carecem de atendimento diferenciado.

De acordo com Ferreira e França (2017) há uma grande preocupação no que diz respeito a uma política “inclusivista” de pessoas com NEE no seio da escola regular que deve contar com apoio técnico, um atendimento digno e de qualidade em relação a recursos materiais, físicos e profissionais. Esse é um processo que tem seu surgimento início no século XVII, e é marcado por grandes empecilhos religiosos, místicos e sociais, já que a sociedade da época acreditava que uma pessoa com deficiência era na verdade possuída por demônio, força espiritual de uma espécie de carma, ou era resultado de um grande pecado, e, portanto, era

considerada uma pessoa morta para a sociedade e o mercado de trabalho, já que a mesma estava impossibilitada de trabalhar, raciocinar, executar tarefas.

As pessoas com NEE eram vistas apenas como uma despesa e trabalho dobrado tanto para as famílias quanto para a sociedade. Isso incentivou um sentimento de desprezo por parte das famílias que, muitas vezes, não apresentavam nenhum sentimento por seus entes que eram internados em instituições que cometiam atos desumanos para com estas como: dopar com remédios e calmantes, admoestar medicamentos fortes, expor aos maus tratos e até violências de várias formas (NUNES; AZEVEDO, 2013).

A inclusão possibilita a capacitação, a acessibilidade e a qualidade na educação, uma vez que incluir não significa apenas colocar todos os alunos em uma sala de aula comum, mas, significa garantir o acesso, a permanência, o aprendizado e o sucesso escolar para todos de forma igual e isso não é garantido apenas colocando os alunos em sala de aula. Logo, para que a inclusão aconteça, é preciso olhar a educação como fundamental neste processo de educação inclusiva, que não apenas insere no âmbito educacional, mas, educa as pessoas de um modo geral a se respeitarem entre si e se aceitarem mutuamente com suas imperfeições, pois todos possuem de modo visível ou intrínseco.

A escola pode ainda oferecer o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que não se dá em uma aula de reforço ou em uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o professor da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante. O AEE pode ser realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, mas não apenas nessa sala. O trabalho do professor do AEE se dá em parceria com o professor ou os professores de sala de aula comum, quando esse profissional achar necessário e complementar ao trabalho realizado com os demais alunos, pois, é ele que vai verificar quais barreiras ocorrem para a aprendizagem e como o profissional especializado poderá colaborar para o trabalho na sala, na biblioteca, no pátio ou laboratório de computação, entre outros ambientes de aprendizagem e atividades de modo geral.

Entre os muitos benefícios os benefícios do diagnóstico e inclusão do autista pode-se citar: a melhora no contato com o aluno, na comunicação e participação do mesmo, resultantes das atividades inclusivas e uma metodologia diferenciada. Logo, o aluno se sentirá seguro e propício a tudo que lhe for oferecido e ensinado. Neste sentido, um dos maiores benefícios é a quebra da resistência, da ausência mesmo presente e da mudez. Isso também favorece o professor que vê resultados nos seus esforços e garante alegrias aos pais.

A inclusão para o autista, segundo Nunes e Azevedo (2013) traz grandes benefícios como o compartilhar de brincadeiras, desafios e a socialização. Desta forma, entende-se que mesmo que para o aluno autista seja mais complicado se relacionar, isso pode ser possível com o auxílio da professora, já que para o aluno não autista, a experiência é enriquecedora.

Na Educação Infantil o processo de inclusão é valioso, principalmente, para os pais que geralmente ficam com medo e dúvidas. Os benefícios iniciam desde a identificação do espectro do autista, pois, muitas vezes não se tem o diagnóstico correto e acaba por ocorrer após o alerta de professores que orientam os pais a procurar os profissionais psicólogo e neurologista para ter um diagnóstico correto e o laudo médico, para que assim aos métodos de intervenção e acompanhamentos que este aluno poderá desfrutar estejam ao seu alcance. Portanto, quanto mais cedo se identifica, mais sucesso terá o tratamento e acompanhamento.

Entende-se que não há cura para este transtorno, contudo, pode-se diminuir muito o sofrimento tanto das crianças quanto dos pais e professores, pois, ao ser diagnosticado corretamente, a criança passa a ter acompanhamento mais adequado e por um processo de ensino mais específico. Por isso os benefícios são visíveis e muito presentes, pois, muitas crianças com diagnóstico tardio acabam por sofrer mais, adquirindo até mesmo outros

transtornos ou dificuldades de aprendizagem e relacionamentos, ficam traumatizadas ou acabam se fechando ainda mais em suas limitações. Os traumas também afetam os pais que acabam perdendo as esperanças e desacreditando das possibilidades de atendimento mais adequados que possam obter. Quando há a compreensão do transtorno, os pais também recebem orientação para que saibam como lidar com o filho (a), e assim as dificuldades entre eles também diminuem e podem desfrutar melhor de momentos, de aprendizados e do crescimento da criança (SCHWARTZMAN; ARAÚJO, 2011).

A parceria entre atendimento médico-escola-pais forma uma tríade que pode proporcionar a criança autista maior qualidade de vida, de acessibilidade, de inclusão, de uma vida com oportunidades e a compreensão de sua condição. Quanto ao desenvolvimento escolar, é visível que com o acompanhamento adequado, a inclusão, em uma escola preparada e com professores com autonomia no atendimento especializado, proporciona maiores chances de sucesso ao aluno autista.

Outro grande benefício do diagnóstico, é a identificação de outros distúrbios que podem afetar o autista, pois, este transtorno geralmente vem acompanhado de dislexia, discalculia, disgrafia, entre outros, e os níveis diferenciados de autismo como o “Asperger” e o “Mutismo seletivo”, que são níveis muito baixos, mas, muito comuns e ocorrentes, atrapalham significativamente no desenvolvimento escolar da criança e até na sua vida adulta. Os níveis mais baixos e quase imperceptíveis de autismo acabam sendo ainda mais complicados de diagnosticar, porque confundem muito o observador. Em alguns aspectos a criança apresenta características do autismo e em outras não, por isso, o diagnóstico somente pode ser realizado por profissionais que compõem a equipe multidisciplinar que irão em conjunto analisar e acompanhar a criança: psicólogo, psicopedagogo, neurologista e quando há indicações a criança também poderá passar por psiquiatra ou psicanalista.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após a construção do marco teórico referencial sobre o tema pesquisado e com o intuito de obter informações acerca da realidade em como ocorre o processo de inclusão do autista no ambiente escolar, foram realizadas análises do referencial teórico, de estudos de casos, de reportagens, de pesquisas realizadas, entre outros materiais visando identificar o esclarecimento sobre a inclusão nos espaços escolares e em toda vivência escolar. Tendo isso em vista, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi bibliográfica, pois fundamenta-se em autores e obras já publicadas a respeito do tema e sobre os quais realizou-se uma análise. Este tipo de pesquisa possibilita a aproximação e a compreensão da realidade a ser investigada. A pesquisa foi realizada a partir da análise documental. Optou-se por buscar as referências nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e sites educacionais, dentro das normas ABNT.

A análise foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas, relatadas nos últimos 10 anos, com o intuito de recolher informações sobre o autismo e a inclusão no ambiente escolar. Para isso, selecionou-se autores para embasar a pesquisa, os quais foram: Ferreira e França (2017); Nunes e Azevedo (2013); Orrú (2011); Schmidt (2013) e Schwartzman e Araújo (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do referencial estudado, observou-se que o autismo é um transtorno que pode afetar crianças em seu desenvolvimento pleno desde que nasce, e, em alguns casos com maior probabilidade de diagnóstico a partir dos 3 anos de idade ou para crianças que já possuem algum fator de doença na família. A identificação tem seu início com a observação de atrasos no

desenvolvimento da criança. Momento em que é necessário solicitar o encaminhamento para intervenções e apoio educacional, pois um diagnóstico na idade mais precoce possível pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral. O atendimento com estimulação precoce deve ser oferecido em qualquer caso de suspeita de TEA ou desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica.

As reais causas do autismo ainda permanecem desconhecidas. Contudo, as evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais em pessoas geneticamente predispostas e a exposição a agentes químicos durante a gestação, deficiência de vitamina D e ácido fólico, prematuridade, baixo peso ao nascer, gestações múltiplas, infecção materna e idade parental avançada apontam para o desenvolvimento do TEA.

No ambiente educacional, assim como as outras NEE, o autismo carece de uma atenção maior para alcançar a aprendizagem e o professor assume como função estimular o aluno ao envolvimento, utilizando-se dos mais variados recursos pedagógicos e da inclusão, para uma abordagem apropriada na aprendizagem infantil.

Para o autista é um direito receber educação e ser incluído no sistema escolar. Necessita de maior atenção e dedicação especial por todos, tanto em casa quanto na escola. É importante ter amigos em sala que os compreendam, pois, isso torna a adaptação mais fácil e os colegas podem ser grandes aliados deste processo, uma vez que, a compreensão, o companheirismo e o coleguismo em sala de aula ou fora dela são essenciais e muito benéficos.

É de suma importância o cuidado do professor com atividades que sejam planejadas e executadas de acordo com as necessidades do autista, elaborando-as sem gerar a exclusão momentânea entre eles, mas, auxiliando num trabalho em conjunto, evitando rótulos e preconceitos.

A educação da criança com TEA também é responsabilidade dos pais ou responsáveis. Logo, sua autonomia e bom desempenho escolar, social e pessoal vai depender muito de como é incentivada dentro de casa a se desenvolver e não apenas a limitar-se à sua condição. É imprescindível a participação da família nesse processo e a compreensão sobre as dificuldades e desafios a serem enfrentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a importância da inclusão da criança autista no ambiente educacional regular. O objetivo geral de investigar como ocorre o processo de inclusão do aluno autista na Educação Infantil foi atingido e se observou que o acesso da criança com TEA exige não apenas um espaço no ambiente escolar, mas, todo um preparo do professor, a própria escola com sala de AEE, capacitação adequada do professor regente e do auxiliar, bem como do professor especializado.

A pesquisa conceituou sobre o autismo e a Educação Infantil e estabeleceu relação entre ambos; abordou sobre as práticas e metodologias educacionais assistidas; apontou os benefícios da inclusão e como a escola pode contribuir nesse processo ao utilizar-se de perspectivas inclusivas e proporcionar um ambiente favorável à Educação Especial.

Fundamentado nos autores analisados, pôde-se verificar que o ambiente educacional preparado para receber alunos com TEA ou quaisquer outras NEE são de grande importância para a comunidade escolar, especialmente, para os pais de crianças com autismo e para a criança em si, que passa a receber um atendimento direcionado, uma maior atenção às suas dificuldades, possibilitando seu melhor desenvolvimento educacional. Os benefícios são muitos, desde uma melhora na fala, na movimentação, na comunicação em geral e no desenvolvimento pedagógico. Contudo, ficou evidente que o processo de inclusão não pode ser realizado somente

no ambiente escolar pelo professor regente, o acompanhante ou professor especializado, mas, também com o devido acompanhamento familiar nas atividades cotidianas, tendo em vista que a criança também aprende e se desenvolve nas atividades rotineiras do dia-a-dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BRASIL (2013). Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Secretaria de Atenção à Saúde, Série F. Comunicação e Educação em Saúde. 74, p.: il. Brasília. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf>. Acesso em 28 de set. 2023.

_____. Ministério da Justiça - DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - Brasília, corde, 1997.

FERREIRA, Mônica M. M.; FRANÇA, Aurenia P. de. **O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar.** Id onLine Revista Multidisciplinar e de Psicologia, vol.11, n.38. 2017.

FORTUNA, Tânia Ramos. **O Lugar do brincar na Educação Infantil.** Revista Pátio. Educação Infantil, Ano IX, n. 27, p. 08-10, abr./jun. 2011.

NUNES, Debora R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; Schmidt, C. **Inclusão Educacional de pessoas com autismo no Brasil:** uma revisão da literatura. Revista Educação Especial, n.26, 2013.

ORRÚ, Ester Silva. **Autismo:** o que os pais devem saber? – 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** São Paulo: Editora Papirus. (Org), 2013.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Org.) **Transtornos do Espectro do Autismo.** São Paulo: Memnon Edições Científicas. v. 6, 2001.